

AS “DIRETAS JÁ”: UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DA CAMPANHA NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

Rochelle Gutierrez Bazaga¹

Introdução

O processo de transição política brasileira é fruto de vários fatores que o impulsionaram, sendo que as “Diretas Já” constituem esse momento. A campanha reuniu diversos grupos sociais e políticos, que uniram e organizaram manifestações públicas para forçar o Congresso Nacional à aprovação da Emenda Dante de Oliveira.

Embora seja a maior manifestação de massa na história brasileira até os dias atuais, há uma grande ausência de literatura no campo historiográfico sobre o tema, tendo as ciências sociais, o jornalismo, se debruçado e constituído a literatura existente sobre o tema.

Sendo assim, o objetivo desse trabalho é discutir a transição política brasileira, colocando em debate os conceitos que estavam sendo debatidos naquele momento, além de apresentar uma breve análise dos jornais *Estado de Minas* e *Folha de São Paulo*, dos anos de 1983 e 1984, demonstrando que esses conceitos faziam parte da pauta da sociedade brasileira.

As “Diretas Já”

O movimento pelas “Diretas Já” foi um momento histórico de grande relevância para a política do Brasil contemporâneo, de abertura política, de participação e mobilização popular, e de construção de um “sentimento nacional” que girava em torno das eleições diretas e da votação da Emenda Dante de Oliveira.

*Graduanda do Departamento de História na Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Prof. Dr. Clayton Cardoso Romano do Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Vários fatores influenciaram para o início do movimento. Como por exemplo, em 1983, questões econômicas como o crescimento do endividamento estatal, que fez o Brasil recorrer ao FMI para obter empréstimos, a queda do PIB industrial, a política de arrocho salarial, entre outros fatores, fizeram com que o discurso do regime militar de desenvolvimento não mais contasse com o apoio da população, levando diversos setores da sociedade às ruas.

Foram realizados diversos comícios pelo Brasil, tendo o comício da praça da Sé reunido 1.500.000 pessoas e se tornado a maior manifestação pública então já realizada no Brasil. A participação de políticos e de artistas reforçavam naquele momento o sentimento de mudança, mesmo com o governo de João Baptista Figueiredo tentando ignorar a notória dimensão do movimento.

Diante da grande mobilização e pressão dos políticos por uma transição que garantisse o direito pelas eleições diretas, o presidente Figueiredo, às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira, submeteu Brasília a uma série de medidas de emergência. A capital nacional permaneceu em estado de sítio, com o Exército controlando as vias públicas e a Aeronáutica, o espaço aéreo. A sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) foi fechada. A cidade de Goiânia e seus arredores também foram alvo das medidas de emergência.

A emenda Dante de Oliveira², que tinha por objetivo a alteração na Constituição Federal de 1969, foi votada pelo Congresso Nacional em 25 de abril de 1984. Não obteve êxito por falta de 22 votos para a sua aprovação, tendo sido 298 votos a favor, 65 votos contra e 3 abstenções. No dia da votação, 112 parlamentares não compareceram ao plenário, muitos deles aliados do regime militar.

Importante ressaltar também que é nesse momento que acontecem a fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), com o seu primeiro congresso em 1984, e a fundação do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), reforçando o momento de efervescência política da época.

²A emenda constitucional se chamou Dante de Oliveira pois foi proposta pelo então Deputado Federal do PMDB do Mato Grosso, Dante de Oliveira.

Embora tenham se passado vinte e oito anos da votação da emenda Dante de Oliveira, as “Diretas Já” não se constituíram como um movimento que permaneceu na memória dos brasileiros, o que reforça a importância de literatura histórica sobre o tema.

Em 2009, o Instituto de pesquisa Datafolha, realizou uma pesquisa com 3.486 brasileiros, em 180 municípios. O resultado foi alarmante: 35% não sabiam o que eram as “Diretas Já” e 39% não souberam responder o que foi o movimento³.

Portanto, é importante reconstituir as “Diretas Já” na memória dos brasileiros, a fim de explicar a riqueza dos elementos que constituíram e uniram a sociedade em torno de uma bandeira que conseguia unificar e aglutinar milhares de pessoas em torno de um ideal que por muitos anos foram abafados pela ditadura militar.

Sobre a transição política brasileira

O aprofundamento da crise do regime e a contagiante campanha pelas eleições diretas, voltaram a atenção para as disputas no campo do jogo político e nos possíveis caminhos a democracia brasileira, esses caminhos passavam pelas discussões dos conceitos de ruptura, negociação, consenso, conciliação, revolução, que circulavam os debates acadêmicos, políticos e sociais.

A votação da Emenda Dante de Oliveira, e conseqüentemente a sua derrota, trouxe um rico debate no que se refere a transição política brasileira para a democracia, que colocou de um lado, o regime que via seu governo submergir em um desgoverno e a desagregação da sua base político parlamentar e de outro, as oposições viram-se em uma situação inédita, em que tinham de um lado o clamor das ruas por avanços e de outro a necessidade de fazer uma solução negociada, correndo simultaneamente o risco

³Se considerado a faixa etária de 35 a 44 anos, 70% afirmaram já terem ouvido falar, e de 45 a 59 anos, 65% disseram que ouviram falar sobre o movimento das “Diretas Já”, porém se considerarmos as faixas etárias mais novas é possível ver que cai degradantemente os números.

de trair a vontade popular e assim reproduzir a conciliação elitista tão conhecida na nossa trajetória histórica.

Esse quadro, colocou um grande problema as oposições que se viram com o risco de perder a oportunidade de promover a ruptura com o autoritarismo a partir de um amplo consenso nacional, o que fez crescer seus desafios, problemas e possibilidades. Nesse ponto esbarramos com outra questão, a sociedade estava desacostumada em conviver com questões da nação e qual fosse o desfecho, o povo teria que romper com uma crise de sociabilidade.

Ponto que merece destaque, é que a implantação do regime autoritário no Brasil se deu de cima para baixo, por um golpe de Estado Militar, cujo êxito ocorreu em grande parte a debilidade da sociedade civil, que não é nova e tem suas raízes passadas, e que de certa forma foram obrigados a seguir no processo de modernização capitalista, em que os aparelhos coercitivos e executivos do Estado, se tornaram fortalecidos.

“Não que os golpistas não tenham buscado e, em certos momentos, até mesmo desfrutado do consenso de amplas camadas da população; mas se tratou sempre de um consenso passivo, que pressupunha a restrição (e não a socialização totalitária) da esfera política, isto é, a limitação do protagonismo político a uma elite militar e/ou tecnocrática, que fazia inclusive do antipoliticismo (“a política agita e divide, impedindo assim a segurança que garante o desenvolvimento”) o seu principal sustentáculo ideológico. Nesse sentido, o regime pós-64 foi “apenas” a encarnação extremada da velha tendência elitista e a encarnação externada da velha tendência elitista e excludente que sempre caracterizou a sociedade brasileira.”(COUTINHO, 1984: p. 13)

Diante desse quadro, é fato que a grande dificuldade enfrentada, principalmente pela oposição ao regime, é a luta para o fortalecimento e a autonomização da sociedade civil, que saia da noção de abertura controlada e que seja protagonista de uma efetiva transição democrática.

Aqui é importante refletirmos os conceitos de transição e de revolução, segundo Luiz Werneck Vianna:

“Na linguagem corrente, a referência a processos de transição geralmente alude a um certo tipo de movimento social e político com sentido oposto ao de revolução. Transição se confundiria com a idéia de conservação, enquanto que mudança se constituiria num privilégio das revoluções. Ainda avaliando o significado desta

acepção usual, transição se identificaria a processos transformísticos, com a administração dos caminhos do futuro pelas forças do passado. Transição: negociação, conciliação, mudança administrada pelas elites, preservação, “aggiornamento” do tradicional. Revolução: o oposto” (VIANNA, 1984, : p.16)

Mais uma vez é necessário apontar que o processo de abertura, e conseqüentemente de transição, tem a modernização econômico-social como impulso, essa modernização que alterou socialmente a estrutura social e a composição demográfica no país, modernismo este que alterou as antigas formas de controle social das classes subalternas ao longo da nossa história, como por exemplo a CLT, coronelismo, populismo, etc. Logo, essas formas *“criam e liberam as forças sociais que, autonomizadas das forças de controle social tradicional, se chocam contra a ordem autoritária, alargando assim o espaço para sua movimentação.”*(VIANNA, 1984, p.18). Com isso, a transição se cumpre, principalmente pelos temas impostos pelo regime.

A transição brasileira é marcada por uma herança de equívocos, onde a democracia é usada como instrumento e o golpe se torna uma pratica habitual, seja pela força, seja pelo consenso. O perfil da transição do golpe militar que começa em 74 e caminha até as primeiras eleições diretas depois desse processo, se faz pelo “alto”, fazendo com que permaneça uma certa continuidade política, em que as mudanças acontecem, mas os laços com o antigo regime permanecem e uma possível revolução que romperia com todas essas amarras tornar-se-ia impossível.

“O grande problema desta concepção da atividade política é que – se continuar predominando – a democracia que teremos daqui para a frente será tão capenga quanto a que já tivemos no passado. Mais ainda, a continuar prevalecendo esse conceito conservador de política, se a democracia será capenga, uma revolução será simplesmente impossível.” (WEFFORT,1984 :p.30)

Nesse sentido, o povo que deveria ser protagonista desse processo de mudança, continua a margem, o que pode ser expressamente refletido no processo sucessório que sucedeu a votação da emenda Dante de Oliveira, pelo voto indireto do Colégio eleitoral em 1985, tendo a bandeira da democracia sido usada como instrumento por uma via

autoritária, que na realidade não tem a participação popular, mantendo-se nas mãos de uma pequena elite brasileira.

Merece destaque, que o discurso pela democracia começa a florescer nesse momento, e a defesa dessa democracia. É nesse momento também que começam discussões entre os intelectuais e a sociedade que permanecem até os dias atuais, como por exemplo sobre ética, corrupção, liberdade de expressão, entre diversos outros temas, gerando as várias contradições desse processo de transição democrática.

“O caráter contraditório e ambíguo de uma transição que se começa por cima se acentua sobre o pano de fundo dos fortes contrastes entre o “país legal” submetido a leis e instituições anacrônicas, e o “país real”, em processo de modernização acelerada. Compreende-se, pois, que a transição seja uma assunto polêmico, difícil de explicar, até mesmo de escrever.”(WEFFORT,1984 : p.57)

Essa preocupação quanto a explicação da transição, por conta das oscilações que aparecem ao longo desse processo, das perdas da violência pelo Estado, de um reforço na manutenção dessa violência, gerando assim distensões dentro do próprio Estado, o que demonstra que essa transição embora contraditória carregava consigo algumas transições ideológicas.

Os caminhos de uma revolução e de uma democracia, podem se encontrar criando-se uma democracia revolucionária, onde o sentido de revolução não se baseia somente pela questão da violência, mas sim pelos mecanismos de representação e de garantia dessa representação, sendo a democracia direta o seu caminho, e assim o que vemos no Brasil é que houve uma democracia de representação, onde a usurpação da representação por parte de um representante, que exerce um cargo público, mas que acredita que este é uma propriedade pessoal.

Isso é visível em toda a história brasileira, onde o público se confunde com o privado a todo momento, gerando assim muitas vezes processos sucessórios, como se fossem heranças por direito, tornando-se processos de continuidade e não de ruptura e de mudanças.

Ainda existe a confusão dos conceitos de negociação e conciliação pelas elites, que implica em retomar, situações do passado e torná-las paradigmáticas para a

resoluções dos problemas colocados na pauta do dia, abrindo margem mais uma vez para a revolução passiva.

Logo, as “Diretas Já”, foram um movimento de acordos políticos, tendo ficado nítido na votação da emenda Dante de Oliveira no congresso nacional, onde o seu êxito não se obteve pela discordância dos que deveriam votar, mas sim pela ausência dos que deveriam representar os anseios do povo e deveria ser o lugar central da votação, onde se percebe que ao invés de avaliações individuais dos deputados, foram feitas consensos em bloco pela decisão de cada grupo político naquele momento.

Porém não podemos descartar que a década de 80, foi um divisor de águas no que se refere a construção de uma democracia brasileira, com pautas próprias e seu jeito próprio de se constituir, logo as “Diretas Já” foram preponderantes para esse processo, sendo o primeiro momento em que o povo retoma as ruas e um sentimento nacional de participação popular, volta a vigorar e fazer parte da pauta nacional de discussões.

Os conceitos como pauta jornalística

Nossa análise tem como fonte histórica os jornais Folha de São Paulo e o Estado de Minas, nos anos de 1983 e 1984, compreendendo o período que antecede a votação da Emenda Dante de Oliveira e o período posterior a sua votação.

Para que conseguíssemos ter acesso aos jornais, foi percorrido um longo trajeto, que nos leva a refletir sobre a dificuldade de acesso a alguns periódicos brasileiros, ainda que a internet seja uma grande aliada dos historiadores nos dias atuais.

O jornal *Folha de S.Paulo*, foi analisado a partir da página na internet (<http://acervo.folha.com.br/>), onde estão disponíveis as edições desde 1921. Já o jornal o *Estado de Minas* foi analisado após coleta de imagens fotográficas das edições dos 1983 e 1984, obtidas na Hemeroteca do Estado de Minas Gerais, que se encontra na Biblioteca Bernardo Guimarães em Belo Horizonte – MG.

A escolha de *Folha* e *Estado* se dá por eles serem dois grandes meios de comunicação de grupos diferentes e com visões diferentes sobre o mesmo fato, além de

serem jornais de dois estados brasileiros que tiveram grande participação no movimento das “Diretas Já” e que, coincidência ou não, forneceram os candidatos nas eleições indiretas de 1985⁴.

A opção pela análise das capas de jornais nos permite ter um extrato do que está condensado no interior do jornal. As primeiras páginas também refletem os múltiplos interesses dos jornais, inclusive, pelo poder de persuasão das manchetes.

A diversidade de temas na capa, anúncios, propagandas, entre outros, nos proporciona constatar que o jornal é um registro privilegiado da história e da sociedade contemporânea, pois abarca diversos outros temas que, embora não se constituam a pauta principal da sociedade naquele momento, circulam paralelamente aos interesses.

Foram realizadas várias análises do conteúdo das capas dos jornais citados anteriormente, primeiramente de forma quantitativa, onde analisamos a incidência das palavras diretas, indiretas, conciliação e consenso, o que permite afirmar que os conceitos que estavam sendo debatidos naquele momento faziam parte do dia-a-dia da população brasileira.

Também é possível afirmar que o debate desses conceitos chaves para o processo de transição brasileira, retomaram debates históricos já vivenciados pela história do Brasil, aqui vale destacar a participação dos intelectuais, que a todo momento refletiam os conceitos como processos, um exemplo claro disso é a Revista Presença : política e cultura que reuniu diversos intelectuais de várias áreas do conhecimento para discutir temas que estavam em pauta.

No que se refere as “Diretas Já” a imprensa teve um papel importante de informação e também de mobilização, embora possa perceber que o engajamento com a campanha das “Diretas Já” se dá no momento em que o movimento já está constituído e

⁴Os candidatos no Colégio Eleitoral de 1985, foram Tancredo de Almeida Neves do PMDB e José Sarney da Frente Liberal, eleitos com 480 votos, contra Paulo Salim Maluf do PDS e Flávio Portela Marcílio, também do PDS, que receberam 180 votos.

ganha as ruas. Além disso, os “setores da imprensa e das oposições partidárias também tiveram um papel relevante para a produção e difusão desses discursos que construíram um sentido às mobilizações pelas diretas-já.” (BERTONCELO, 2007: 122)

Conclusão

Diante do exposto, podemos concluir que a derrota da Emenda Dante de Oliveira, representou uma derrota para milhões de pessoas que foram às ruas. No entanto, o significado da campanha não pode ser reduzido ao resultado da votação da emenda. O que nos leva a concluir que o movimento das diretas contribuiu para os debates e pressões no processo de transição política brasileira e conseqüentemente do processo político.

Especificamente sobre o processo sucessório, é importante frisar que a campanha tornou a emenda Dante de Oliveira o tema principal da agenda política, ampliou os espaços de debate de temas que faziam parte da disputa política, como por exemplo a questão da ruptura, da conciliação, negociação, consenso e revolução, que passaram a fazer parte da pauta de discussões, e que mesmo após a derrota da emenda, continuaram a ser ponto de partida para os debates políticos daquele instante.

Nesse sentido, embora as diretas não conseguissem liquidar o regime militar instaurado, ela impôs fortes obstáculos a sua continuidade, ampliando a crise política desencadeada em 1983, e serviu de dimensão a discussão da concepção de democracia que temos hoje.

Logo, a análise dos jornais *Folha de S.Paulo* e *Estado de Minas* nos leva a verificação e reflexão das representações políticas e de como esse processo se deu, seus protagonistas, as bandeiras discutidas, os debates e o que levou à derrota da emenda Dante de Oliveira.

Referências Bibliográficas

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. São Paulo. Editora Edusc, 2006.

_____. **La historia vivida. Sobre la historia del presente.** Madrid. Editora AlianzaEnsayo. 2004.

BERTONCELO, Edison. **A campanha das Diretas e a democratização.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo.** São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CHAUVEAU, A. e TÉTARD, Ph. (orgs.) **Questões para a história do presente.** Bauru: Edusc, 1999.

Folha de São Paulo. **Um país aberto: reflexões sobre a Folha de São Paulo e o jornalismo contemporâneo.** São Paulo. Publifolha, 2003.

FONSECA, Francisco. **O consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil.** São Paulo. Editora Hucitec, 2005.

JÚNIOR, Gilson Pôrto. (org). **História do tempo presente.** Bauru: Edusc, 2007.

KOTSCHO, Ricardo. **Explode um novo Brasil. Diário da campanha das Diretas.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. **Diretas-já: 15 meses que abalaram a ditadura.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** (in): PINSKY, Carla Bassanezi. (org). **Fontes Históricas.** 2.ed.- São Paulo. Editora Contexto, 2008.

MATOS, Carolina. **Jornalismo e política democrática no Brasil.** São Paulo. Publifolha, 2008.

Presença. Revista de política e cultura. nº 3. Editora Caetés. Maio de 1984.

REMOND, René. **Por uma história política.** 2.Ed- Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas já – O grito preso na garganta.** 1º Ed – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, Marly. **A Década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças.** São Paulo: Editora Ática. 1992.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. **Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica.** Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2004.

WEFFORT, Francisco. 1984. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense.